

Estado Novo: novas práticas? – A educação escolar no Liceu Industrial do Rio Grande do Norte (1937-1942)

FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA*

Sociedade e educação no Brasil sob o Estado Novo

Na perspectiva da mesoabordagem, proposta por Magalhães (2004:116), a instituição educativa é analisada como síntese combinatória entre educação, história e sociedade “[...] num quadro sociocultural acentuadamente inter-relacional.” Essa concepção, por conseguinte, rejeita o exame unidimensional do objeto de estudo e avalia este nas interações com a sociedade em sua dinâmica temporal.

No início de 1937, a sociedade brasileira apresentava sinais consideráveis de crescente complexidade. População estimada próximo dos 40 milhões de habitantes, sob processos de urbanização e industrialização em ascendência, embora concentrados no eixo Sul-Sudeste. Em tal contexto, ainda se explorava o ambiente de polarização política que dois anos antes desencadeara o levante comunista e seu malogro. Desse modo, no transcurso de 1937 acumularam-se as articulações para o desfecho antidemocrático, cujo ápice, conforme Sola (1985), ocorreu em 10 de novembro daquele ano, às vespéras da prevista eleição presidencial. O fictício Plano Cohen – de alegada orientação comunista – tornou-se o pretexto para a instalação do Estado Novo.

Com o desfecho do golpe de Estado, apoiado pela cúpula das Forças Armadas, novamente Getúlio Vargas, tal como em 1930, seria o protagonista. De tal modo, ao centralizar o poder político, anunciou também uma nova Constituição para o Brasil. Mas quais seriam as implicações desses acontecimentos para a sociedade brasileira em geral e, em especial, para a educação nacional?

A priori, a dissolução do Congresso e a implantação do Estado Novo, decisões que concederam a Vargas extensos poderes, mergulharam a nação em uma ditadura de contorno personalista. Entretanto, ao contrário de outros golpes então ocorridos na Europa, esclarece Sola (1985), este apresentava algumas peculiaridades: não representava o triunfo de um

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação.

partido organizado – apesar da velada contribuição do integralismo –, não tinha o ativo apoio das massas e, ainda, carecia de unidade e de estrutura ideológicas.

Não obstante, Fonseca (1986, p. 230) vislumbra na Constituição de 1937 uma visão avançada em relação ao problema do ensino industrial. Para esse autor, nenhuma Carta Magna brasileira tratara anteriormente do ensino dessa natureza. Assim, o artigo 129 daquela Constituição “revelava uma tão alta compreensão daquele problema e lhe emprestava uma tão grande importância, que chegava a classificá-lo de primeiro dever do Estado, em matéria de educação.” Mas, para Fonseca (1986), se essa foi uma contribuição louvável, o mesmo não ocorreu em relação ao fato de o ensino profissional ser direcionado às classes desfavorecidas. Para o autor, a persistência dessa condição revelava equívoco na organização da educação brasileira.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2009), o problema não se limitava à questionável recorrência. Ao analisar as Cartas de 1934 e 1937, o referido pesquisador distinguiu vários retrocessos na segunda, com múltiplos impactos na sociedade. Entre esses retrocessos, a redução da função do Estado na promoção da educação pública, a redução da exigência de gratuidade do ensino, a extinção da igualdade formal entre os cidadãos, o incentivo à escola pública para os desfavorecidos condicionado à opção pelo ensino profissional e a não exigência de concurso público para o magistério oficial.

Enfim, o Estado Novo, e sua legislação, ao promoverem a convergência de interesses entre setores empresariais, militares, tecnocratas e intelectuais cooptados, permitiram à política varguista – sob o manto de um regime ditatorial – implementar medidas de considerável repercussão na sociedade, como foi o caso da regulamentação das relações de trabalho no Brasil. Os resultados mais visíveis desse contexto foram, nos termos expostos por Ghiraldelli Jr. (2009), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a formação da estrutura sindical atrelada ao Estado e as Leis Orgânicas do Ensino, de 1942 que, de fato, oficializaram o dualismo educacional no país.

O aludido dualismo resultara de proposta bidimensional, na qual o ensino secundário público era destinado às pretensas *elites condutoras*, e o ensino profissionalizante estava reservado para os demais setores da sociedade. Nas palavras de Ghiraldelli Jr. (2009: 83), “era um sistema de engessamento vertical dos grupos sociais, de modo a dificultar o que nas

democracias liberais chamamos de ascensão social pela escola, e isto vinha a calhar com o engessamento da estrutural sindical”, que impedia a livre reivindicação dos trabalhadores perante o patronato sem a devida intercessão do Governo Federal.

Como observado por Romanelli (2006), ao oficializar o ensino profissional direcionado aos pobres o Estado brasileiro anulou princípios democráticos e instituiu a discriminação social por meio da escola. Assim, não seria inconcebível que a demanda pelo ensino capaz de proporcionar prestígio social rejeitasse as escolas que o próprio Estado reservara para os pobres. Desse modo, o dualismo educacional ainda perduraria e demarcaria o destino profissional de expressiva parcela da população.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939), o cenário socioeconômico tornou-se ainda mais complexo. Em especial, quando o Governo Vargas declarou apoio aos *Aliados* e cedeu bases no território nacional, na luta contra as forças nazifascistas. Com o agravamento da geopolítica internacional e suas implicações, tornou-se imperativo qualificar a força de trabalho para atender novas demandas (ROMANELLI, 2006). Assim, o Estado Novo, as repercussões do conflito mundial e o dualismo educacional interno formariam intrigante tripé no contexto desafiador do processo de formação da sociedade brasileira de então.

Natal: a comunidade envolvente à época do Estado Novo

Segundo Magalhães (2004:127-128), no quadro epistêmico do paradigma relacional o desafio de historiar uma instituição educativa seria “insolúvel fora da relação da instituição educativa com a comunidade e com o meio envolventes.” Como, então, se configurou a comunidade envolvente na qual estava inserido o Liceu Industrial do Rio Grande do Norte no recorte temporal aqui analisado?

Ao principiar 1937, Natal era uma cidade de pequenas proporções, com população estimada próximo de 47.000 habitantes. Apesar das mudanças ocorridas no início do século XX, sua dinâmica continuava concentrada nos dois bairros mais antigos: Cidade Alta e Ribeira. A localização geográfica litorânea, segundo Costa (1995), possibilitava expressiva movimentação portuária, com a presença de navios estrangeiros responsáveis pela atividade primário-exportadora, sobretudo com o algodão e o sal potiguares. A ligação aérea com a Europa, por sua vez, era garantida por voos semanais realizados pelo *Serviço Aereo Condor*

(cargas, correio e passageiros), e pelo *Serviço Aereo London-Lufthansa*, com percursos regulares cumpridos por hidroaviões da Panair.

Desde 29 de outubro de 1935, o governo estadual estava sob o controle de Rafael Fernandes Gurjão, que, depois, até 3 de julho de 1943, exerceria a interventoria no Estado Novo. Na Prefeitura Municipal, a administração estava a cargo do engenheiro Gentil Ferreira de Souza (1935-1940), que seria sucedido por Joaquim Inácio de Carvalho Filho (1941) e Mário Eugênio Lira (1942-1943). No período da administração de Gentil Ferreira, enfatiza Santos (1994), foram realizadas obras de saneamento no perímetro urbano e a construção do *Grande Hotel*, que marcaria época na cidade.

No entretenimento, segundo Costa (1995), a cidade tinha três cinemas, cujas programações difundiam, sobretudo, as produções dos estúdios norte-americanos: o Royal Cinema, localizado na Cidade Alta, na rua Vigário Bartolomeu, esquina com a Ulisses Caldas; o Cine Teatro São Pedro, no Alecrim; e o Politheama, na Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, nas proximidades do Teatro Carlos Gomes (depois denominado Teatro Alberto Maranhão).

O transporte coletivo, principal suporte da circulação de pessoas, era realizado pelo bonde elétrico, cujo trajeto abrangia desde a rua Dr. Barata, na Ribeira, até a praça Padre João Maria, na Cidade Alta. A circulação de notícias, ainda segundo Costa (1995), era exercida por quatro jornais: *A República* – órgão oficial do governo estadual; *A Razão*, órgão do Partido Popular; *A Ordem*, jornal de orientação católica e integralista, e *O Jornal*, dirigido pelo político e advogado João Café Filho, principal adepto da chamada *Revolução de 1930* no Rio Grande do Norte.

Na área da educação, Natal possuía uma biblioteca pública. O índice de analfabetismo era expressivo: cerca de 80% da população, de acordo com dados coletados pelo Censo de 1940, era analfabeta. O referido recenseamento identificou, ainda, que “algo em torno de 90% das crianças em idade escolar continuavam não tendo acesso à escola.” (COSTA, 1995:82). Ao contabilizar dados negativos, a situação no ensino desnudava a latente incoerência na exaltação das elites locais ao processo de modernização urbanística então em desenvolvimento na cidade.

A deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939) provocaria um surto de mudanças urbanas e sociais sem precedentes no município. A partir de 1942, Natal seria ponto de apoio decisivo para os *Aliados*. Receberia milhares de forasteiros e a construção de bases aérea e naval. A instalação de Parnamirim Field, não obstante as aludidas taxas de analfabetismo, propagou o intercâmbio entre culturas distintas e abriu oportunidades para variados setores da sociedade (CASCUDO, 1999). É na interação com esse contexto que se desdobram, nessa comunidade envolvente, as atividades educativas do Liceu Industrial.

Implantação e evolução do Liceu Industrial

A criação e implantação do Liceu Industrial do Rio Grande do Norte ocorreram a partir das determinações da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, gerido por Gustavo Capanema. De acordo com o artigo 37 da referida lei, as Escolas de Aprendizes Artífices mantidas pela União foram transformadas em liceus destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus (BRASIL, 1937).

Ainda de acordo com as determinações da Lei nº 378, o território brasileiro, para efeito de administração do Ministério, ficou dividido em oito regiões, sendo a quarta composta pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (BRASIL, 1937). Ademais, a Superintendência do Ensino Profissional foi substituída pela Divisão de Ensino Industrial, órgão subordinado ao Departamento Nacional de Educação. O engenheiro Francisco Montojo foi o primeiro nomeado para a Diretoria do Ensino Industrial, instância administrativa sob a qual estavam subordinados os Liceus Industriais (MACHADO, 1989).

Da perspectiva orçamentária, a nova legislação proporcionou aportes consideráveis às instituições federais de ensino técnico. Conforme tabela apresentada por Fonseca (1986), o orçamento de 1936 das Escolas de Aprendizes Artífices, estimado em 5.573:797\$000, no ano seguinte, já sob a denominação de Liceu Industrial, foi praticamente duplicado, passando para 10.755:500\$000. Graças, em parte, a esse incremento orçamentário, em 12 de julho de 1937 a unidade de Natal inaugurou reformas em suas dependências, com a construção de cozinha, refeitório e sanitários, em cerimônia que contou com a presença do governador Rafael Fernandes (A ORDEM, 1937).

Conforme o artigo 107 da Lei nº 378, o Poder Executivo federal autorizava a alienação dos imóveis inadequados então ocupados pelas outroras Escolas de Aprendizes Artífices (BRASIL, 1937). Entretanto, em Natal isso não seria concretizado a curto prazo, de maneira que o Liceu Industrial continuou funcionando no mesmo prédio da Avenida Rio Branco, nº 743, na Cidade Alta, acrescido das melhorias inauguradas em julho de 1937, na ala esquerda do edifício principal.

Instalado naquele endereço desde 1914, com o desenvolvimento das exposições anuais dos trabalhos realizados pelos alunos e as cerimônias de encerramento dos anos letivos o Liceu adquiriu crescente prestígio na comunidade envolvente, de modo que as solenidades internas e as externas promovidas pela direção institucional passaram a ser cada vez mais prestigiadas pela sociedade natalense. Segundo Gurgel (2007), autoridades, intelectuais e jornalistas eram presenças assíduas nessas solenidades, e a imprensa registrava com frequência a evolução das atividades realizadas no Liceu.

Desde 1939, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, o impacto do contexto internacional modificou gradualmente a rotina do Liceu Industrial na capital potiguar. A partir de 1942, com o ingresso do Brasil no conflito, a situação emergencial na instituição educativa foi acentuada. Naquele mesmo ano, a promulgação do Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, implicaria mudanças para a educação técnica e nova denominação para o outrora Liceu, agora Escola Industrial de Natal (BRASIL, 1942).

Era o início de um novo período na história institucional, cujos desafios internos persistiriam em ascensão, numa sociedade cada vez mais complexa. Mas, como alerta Magalhães (2004:116), “a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos.”

Gestores e docentes: os agentes da educação escolar

Quando a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, entrou em vigor, a instituição estava sob a direção de Antonio Carlos de Mello Barreto, cuja administração iniciara em 16 de setembro de 1935, ainda no período da denominação inicial (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE, 1909-1945). Assim, ao ser mantido no cargo

nesse período de transição, Antonio Carlos se tornou o primeiro diretor do Liceu Industrial de Natal.

Originário da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, que esteve sob sua direção desde 1932, Antonio Carlos de Mello Barreto conquistou simpatia entre as lideranças militares da capital potiguar ao ceder o prédio da então Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte para se aprisionarem os revoltosos do Levante Comunista ocorrido em novembro de 1935 (MEDEIROS, 2013).

Em sua gestão, ainda em julho de 1937, o Liceu recebeu melhorias na estrutura física que, de acordo com Gurgel (2007), ampliaram a capacidade de atendimento aos alunos. Em outubro de 1938, a administração de Antonio Carlos, autorizada pela Divisão de Ensino Industrial, realizou novos benefícios na estrutura predial, entre as quais, colocação de janelas, construção do passeio em concreto, construção de um marco de alvenaria e a pintura da fachada reconstruída e do prédio central da instituição. A gestão de Antonio Carlos foi concluída em 16 de março de 1939.

A segunda gestão, no período do Liceu Industrial de Natal, foi exercida por Manoel Caetano de Albuquerque de Melo Filho, cuja posse ocorreu em 28 de março de 1939. Sua curta administração foi encerrada em 8 de agosto de 1939, às vésperas da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Em substituição, assumiria o terceiro diretor do período, o engenheiro agrônomo Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, cuja gestão seria das mais longas da história institucional (1939-1954).

Jeremias Pinheiro foi nomeado para o cargo de diretor no dia 23 de agosto de 1939, e sua posse ocorreu em 13 de setembro daquele ano. (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE, 1909-1945). Uma de suas iniciativas foi a instalação do 1º Grupo de Escoteiros Artífices do Liceu, em 14 de outubro de 1939. Tal ação tinha como referência o trabalho desenvolvido pelo professor Luis Correia Soares de Araújo, do Grupo Escolar Frei Miguelinho, fundador da Associação dos Escoteiros do Alecrim. (A REPÚBLICA, 1939).

Considerado emérito disciplinador, Jeremias Pinheiro liderou – no ano seguinte a sua posse na diretoria do Liceu – a instalação do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, ocorrida em 14 de abril de 1940. Essa entidade era responsável pelo incentivo à vivência cívico-

cultural e esportiva entre a comunidade escolar e a comunidade envolvente. Com atuação entre os alunos e repercussão considerável na sociedade natalense, as atividades promovidas pelo Centro Lútero-Recreativo contribuíram para consolidar a administração Jeremias Pinheiro na memória institucional (MEDEIROS, 2013). Sua gestão só foi concluída em 4 de outubro de 1954, ultrapassando em cerca de 12 anos o período no qual a instituição foi denominada Liceu Industrial de Natal (1937-1942).

Quanto ao quadro docente, desde a *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizizes Artífices*, de 1926, a legislação passou a exigir concurso para ingresso nos estabelecimentos federais de ensino profissional (FONSECA, 1986). Entretanto, na prática, havia dificuldades para a efetivação dessa exigência e, desde o período do Liceu Industrial, ela expôs seus limites e se verificou de forma gradual nas décadas seguintes.

Em 25 de setembro de 1941, por exemplo, foram abertas inscrições para concurso de provas e títulos para o cargo de professor dos cursos primário e de Desenho. Para efetivarem as inscrições, os candidatos deveriam preencher uma série de exigências. Dentre estas, segundo Gurgel (2007): ser de nacionalidade brasileira, apresentar atestado de saúde e de idoneidade, de quitação do serviço militar, folha corrida expedida pela Polícia Militar e, sobretudo, comprovação do título de professor formado.

Aos candidatos a professor do ensino primário eram exigidos conhecimentos em Português, Aritmética, Álgebra, Geografia Geral e do Brasil, História Natural e do Brasil, Física, Química e Instrução Moral e Cívica. Além disso, havia avaliação escrita sobre Metodologia do Ensino Primário e avaliação oral de docência. Os candidatos ao cargo de professor de Desenho realizavam avaliações escritas e orais de Português, Aritmética, Álgebra, Trigonometria e Instrução Moral e Cívica; avaliações escritas de Física, Química, História e Metodologia do Ensino de Desenho; avaliações práticas de trabalhos manuais, avaliação gráfica de Desenho e avaliação oral de docência. De acordo com Gurgel (2007), eram aprovados os candidatos com média igual ou superior a 70 pontos. Mas, se as exigências eram expressivas, os salários eram insatisfatórios. Decorria daí, dentre outros motivos, a rarefeita concorrência aos cargos disponíveis.

Malgrado os entraves assinalados, ao ingressarem na instituição caberia aos agentes da educação escolar executar as práticas educativas e promover as relações do Liceu Industrial

com a comunidade envolvente. Embora aqui subordinados à hierarquia da rede federal de ensino técnico, os agentes locais exerciam, como alerta Magalhães (2004:130), relativa autonomia “na interpretação das leis e regulamentos e no desempenho dos seus papéis, ações e tomadas de decisão no cotidiano.”

Discentes: os sujeitos da educação institucional

A tradição verificada no sistema educacional brasileiro de reservar o ensino profissional aos desvalidos foi mantida pela Constituição de 1937, nos seguintes termos do artigo 129: “o ensino pré-vocacional e profissional **destinado** às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado.” (BRASIL, 1937, grifo nosso). Assim, observam Schwartzman, Bomeny e Costa (2000:248, grifo nosso), até a instalação do Estado Novo varguista o ensino de natureza industrial foi compreendido basicamente “como uma forma de educação **caritativa**, destinada a tirar os pobres da ociosidade, mas sem maior significação do ponto de vista econômico e social mais amplo.”

Não surpreendente, então, o fato de os estudantes matriculados no Liceu Industrial de Natal serem, em sua maioria, originários de famílias carentes. Diferentemente das vagas disponibilizadas pelo Atheneu Norte-rio-grandense às famílias de melhores condições sociais, residentes nas principais localidades dos bairros centrais da capital (Cidade Alta, Ribeira e, posteriormente, Cidade Nova – atuais Tirol e Petrópolis), as oferecidas pelo Liceu, salvo exceções, eram preenchidas pelos filhos daquelas localidades que Cascudo (1999) denominou bairros exteriores, destacando-se Alecrim, Rocas, Praia do Meio e Guarita.

Pelo registro da profissão dos pais desses alunos, vê-se que predominavam jornaleiros, pedreiros, motoristas, pequenos comerciantes, marceneiros, serralheiros, operários, agricultores e funcionários públicos. (LICEU INDUSTRIAL DE NATAL, 1937). Todos eles, supostamente, almejavam a inserção profissional de seus filhos na sociedade, cada vez mais competitiva. Mas os cursos oferecidos pela instituição de fato correspondiam às necessidades da industrialização em processo?

A análise das ofertas de vagas divulgadas nos primeiros anos de existência do Liceu confirmam a permanência dos mesmos cursos oferecidos naquela instituição educativa desde o início do século XX: Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria e Serralharia. Para Silva

(2012:41), “isso, certamente, sinalizava a existência de um distanciamento entre a proposta de industrialização brasileira, de produção em massa, da proposta de profissionalização realizável nessa Escola.” De certa forma, tal oferta se manifestava, salvo raras exceções, na manutenção do perfil discente verificado na instituição.

As 236 matrículas identificadas no curso diurno de 1937, por exemplo, expressavam a composição socioespacial discente no primeiro ano letivo do Liceu Industrial de Natal. Como já citado, na documentação examinada os alunos procediam, em ampla medida, dos bairros Alecrim, Rocas, Praia do Meio e Guarita. Nos anos seguintes, as 325 matrículas contabilizadas em 1938, 314 em 1939, 223 em 1940, 240 em 1941 e 162 em 1942 reproduziam, em linhas gerais, a referida composição socioespacial. Apesar disso, existiam alunos oriundos das mais diversas áreas da capital do estado e, desde 1937, expressivo registro de matriculados com endereços na Cidade Alta ou em suas imediações, inclusive quatro alunos residentes na avenida Rio Branco, principal via do bairro e na qual se situava o prédio da instituição (LICEU INDUSTRIAL DE NATAL, 1937).

Decerto, em região de capitalismo periférico, as alternativas de formação profissional eram escassas, e o Liceu representaria possível refúgio para esses jovens. Essa situação exemplificada em depoimento do ex-aluno Joaquim Inocência Ferreira Filho, da turma de Alfaiataria de 1939, citado na pesquisa de Gurgel (2007). Na percepção do ex-discente, cujo ingresso na instituição ocorreu aos 14 anos de idade, naquela época só existiam, em Natal, duas opções para jovens oriundos de famílias humildes: servir às Forças Armadas – em especial, à Marinha – ou ingressar nos cursos do Liceu Industrial.

Nos primeiros anos da década de 1940, o apoio do Estado brasileiro aos esforços de guerra dos *Aliados*, materializado nas atividades comandadas pelo Almirante Ari Parreiras na Base Naval de Natal, entre outros empreendimentos realizados naquele período, como a construção da Base Aérea de Parnamirim (CASCUDO, 1999), dão plausível consistência às declarações daquele ex-aluno do Liceu Industrial. Até então, as opções mencionadas por Joaquim Inocência eram destinos efetivos para centenas de jovens dos mais diferentes rincões de Natal. Como alerta Magalhães (2010:36), na história das instituições educativas “foi nas memórias e nas experiências de alunos e professores que o cotidiano ficou gravado e se tornou significativo.”

Educação escolar e práticas educativas no Liceu Industrial

Para Justino Magalhães (2010:33), a escola “estrutura-se em duas constelações factoriais: a da cultura escrita e a das práticas pedagógico-didáticas. Estas constelações desenvolveram-se agregadas e contextualizadas na instituição educativa, sendo actualizadas pela cultura escolar.” A cultura escolar, como nascente, na analogia do autor, mergulha na maré da cultura escrita; o refluxo, por sua vez, apresenta-se em currículos e manuais, exprime-se em intentos didáticos e aprendizagens, dos quais os artefatos escolares são as principais concretizações.

Inseridos nos limites dessas constelações e de socioculturas locais, discentes e docentes edificam o eixo processual (o eixo das práticas), concentrando, estimulando e desenvolvendo o cotidiano da instituição educativa. Por isso, nas reflexões de Magalhães (2010:34), “uns e outros atuam regulados pela inspeção e mediados pela pragmática escolar [...]. Pode afirmar-se, por conseguinte, que a cultura escolar é o produto de toda esta interacção.” A partir dessa perspectiva analítica, quais seriam as bases da educação escolar instituídas no Liceu Industrial de Natal?

Ao transformarem as antigas Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus, destinados ao ensino profissional, as determinações da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 (BRASIL, 1937) pretendiam – com o apoio ministerial de Gustavo Capanema – superar as deficiências da educação técnica. Conforme Fonseca (1986), os órgãos fiscalizadores criados a partir de então conservaram no Liceu Industrial a estrutura do ensino primário organizada em três segmentos: Letras, Desenho e Ensino de Ofícios, realizáveis em quatro anos e mais dois complementares. Nesse sentido, a análise das fontes disponíveis evidencia a continuidade da base curricular herdada das modificações introduzidas pela *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*, de 1926.

O exame dos horários de aulas do ano letivo de 1938 exemplifica a manutenção da citada estrutura curricular. No primeiro ano, às disciplinas de formação geral – Leitura, Escrita, Contas, Lições de Coisas, Caligrafia, Ginástica e Canto –, foi acrescida Noções de Higiene. Desenho e Trabalhos Manuais permaneceram como disciplinas pré-vocacionais. No segundo ano, as disciplinas de formação geral agregaram Geometria, Moral e Cívica e

História Pátria. No terceiro, a formação geral era composta por Aritmética, Português, Geometria, Geografia, História Pátria, Lições de Coisas e Caligrafia. Na parte técnica, a partir desse ano, Trabalhos Manuais cedeu espaço a Aprendizagem nas Oficinas (LICEU INDUSTRIAL, 1938).

Ao cotejarem-se as fontes pesquisadas com os dados coletados por Fonseca (1986) e Gurgel (2007), verifica-se que, no quarto ano, a formação geral era composta por Aritmética, Português, Moral e Cívica, Geometria e Física elementar. Em síntese, os anos complementares (quinto e sexto), continham Correspondência e Escrituração de Oficinas, Noções de Física e Química, Noções de Álgebra e Trigonometria, História Natural e Mecânica. Além dessas disciplinas, na parte técnica Desenho Industrial e Tecnologia complementavam Aprendizagem nas Oficinas.

Como já observado por Fonseca (1986:210), a inclusão de elementos de Álgebra e noções de Trigonometria na organização curricular vigente correspondia à tentativa de elevar o nível do ramo de ensino técnico para o segundo grau, “em paralelo com o ensino secundário.” Entretanto, essa modificação só ocorreria a partir de 1942, com a edição da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Assim, definia-se, em essência, na perspectiva analítica de Magalhães (2010), uma das constelações fatoriais expressas no Liceu Industrial de Natal.

Mas, no eixo processual, que envolve gestores, docentes e discentes, como se exprimiram nesse ambiente escolar as práticas educativas, inclusive as de natureza extracurricular? Na investigação do eixo das práticas, identificou-se, no período 1937-1942, a implementação ou consolidação de múltiplas atividades formativas: instrução pré-militar, difusão do escotismo, ações cívico-culturais, ensinamentos religiosos e práticas desportivas.

Conforme Medeiros (2013), a partir de 1937 instalou-se, nas dependências do Liceu Industrial, a Escola de Instrução Pré-Militar 271 – EIPM –, subordinada ao comando da 7ª Região Militar do Exército brasileiro. Essa iniciativa atenderia, de forma antecipada, aos propósitos da legislação do ensino militar, regulamentada pelo Decreto-lei n. 432, de 19 de maio de 1938 (BRASIL, 1938). Tal legislação previa o alojamento de escolas de instrução pré-militar em instituições civis de ensino e aprendizagem, com o intuito de se promoverem práticas de iniciação militar, a ordem unida e a técnica do tiro. Ademais, capacitar alunos do

ensino secundarista, com menos de 16 anos, ao ingresso nas Unidades, Tiros de Guerra ou Escolas de Instrução Militar.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a EIPM 271 ampliou sua relevância. Os exames realizados em 1940 ilustram as atividades ali desenvolvidas quando 25 candidatos, sob avaliação de oficial do Exército, participaram das provas de atiradores da Escola de Instrução Pré-Militar do Liceu Industrial. A realização de tais práticas conquistou a simpatia da sociedade local e, em razão dos serviços prestados aos princípios da ordem e da cidadania, o Liceu era exaltado pela imprensa da época. Além disso, foi reconhecida sua estratégica função de conciliar o ensino profissional e a preparação de jovens aptos a defender a pátria de riscos iminentes (A REPÚBLICA, 1940).

A difusão dos valores do escotismo efetivou-se na instituição a partir de 14 de outubro de 1939, com a instalação do 1º Grupo de Escoteiros Artífices do Liceu. Na avaliação de Medeiros (2013), a partir de então o grupo teria ampla participação nas atividades cívicas e sociais ali desenvolvidas, em especial nas datas comemorativas. A gestão escolar, ciente da contribuição à ordem instituída oriunda do escotismo, exaltava os benefícios deste e incentivava suas ações. O escotismo seria, assim, incorporado às práticas disciplinares e do civismo no ambiente escolar.

As atividades cívico-culturais foram expandidas no Liceu Industrial a partir de 14 de abril de 1940, quando ocorreu a criação do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha. A entidade estudantil agregava os departamentos de Excursões e Visitas, Esportes e Recreação, Atividades Cívicas e Atividades Artístico-literárias. Em suas reuniões semanais, atraía as atenções e a presença regular do diretor do Liceu na condução dos trabalhos. Paralela à formação cívica, o Centro Lútero-Recreativo promovia a interação entre os membros da comunidade interna e a destes com a comunidade envolvente. Conforme Medeiros (2013), nas reuniões ocorriam concursos de leitura e oratória e a denominada “hora cívica”, atividades destacadas na formação dos jovens envolvidos naquela entidade.

Ainda no âmbito das atividades cívico-culturais, o Liceu Industrial teve no canto orfeônico um de seus principais instrumentos. A inclusão do Canto nos programas de estudo ocorrera ainda no período da Escola de Aprendizes Artífices, mas, na avaliação de Medeiros (2013), consolidou-se na instituição a partir de 1938, com a contratação da professora Maria

de Lourdes Filgueira Guilherme. Ex-aluna de Villa-Lobos, a docente tornou-se referência no ensino musical da instituição. Respalhada pela legislação vigente, lecionou o canto orfeônico como “uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo.” (BRASIL, 1934).

Assim como o ensino de canto orfeônico, as práticas educativas de teor religioso não foram instituídas a partir do Liceu Industrial. Entretanto a estratégia do governo Vargas, em especial no Estado Novo, de aproximar-se da Igreja Católica e, assim, legitimar o regime perante a sociedade, revitalizou tais práticas no interior da instituição – por exemplo: as lições de catecismo (LICEU INDUSTRIAL DE NATAL, 1937), a preparação para a primeira eucaristia e o cumprimento do calendário de celebrações da Igreja (A REPÚBLICA, 1939) – como adequadas à doutrinação e ao controle dos estudantes. Afinal, como defendem Schwartzman, Bomeny e Costa (2000:179), “era exatamente com a Igreja Católica que o Ministério da Educação contava para a tarefa de inculcar nos alunos os valores éticos e morais que fariam parte de uma cultura nacional revigorada.”

As atividades desportivas aliaram-se às práticas educativas no Liceu, em particular no final da década de 1930. Desde então, intensificaram-se as competições esportivas entre seus alunos e os de outras instituições da cidade. Essas atividades reforçavam o espírito de equipe e a disciplina, a exemplo do que ocorria no ensino de educação física e na instrução pré-militar. Nas palavras de Gurgel (2007:201), tais práticas tinham o “intuito de evitar maus hábitos e vícios que comprometessem a saúde do corpo, mas que proporcionassem um indivíduo saudável, viril e forte”, atento aos valores patriótico-nacionalistas exaltados no Estado Novo.

Considerações finais

Os resultados da investigação direcionam-se para o entendimento de que os propósitos da educação institucional revelavam-se, oficialmente, no escopo governamental de promover a formação juvenil para as necessidades do mercado de trabalho. Com efeito, a instrução técnica, que tinha frágil relação com a economia local, subordinou-se aos desígnios ideológicos do Estado Novo por meio de um conjunto de práticas educativas efetuadas no ambiente escolar, capazes de inculcar crenças, valores e comportamentos socialmente

aceitáveis, notadamente os de natureza disciplinar, cívica e nacionalista. Em síntese, o propósito desvelado era formar jovens para o acatamento dos preceitos instituídos, seja no âmbito da instituição educativa seja no mundo do trabalho, enfim, nas múltiplas esferas inerentes à sociedade brasileira da época.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934.** Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 de dez. 1934. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

_____. **Lei nº 378, de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 15 de jan. 1937. p. 1210, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938.** Regula o ensino militar no Exército. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 de dez. 1938. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** Natal: RN Econômico, 1999.

COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935:** Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

E.I.M. 271. **A República**, Natal, p. 7, 17 jul. 1940.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. A festa de antehontem. **A Ordem**, Natal, p.5, 14 jul. 1937.

_____. **Livro de termo de posse**, 1909-1945. Natal, 1909. (Texto manuscrito).

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v.1.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal: República, trabalho e educação (1909-1942)**. 2007. 232 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LICEU INDUSTRIAL DE NATAL. **Livro de matrículas do curso diurno, 1937-1942**. Natal, 1937. (Texto manuscrito).

_____. **Livro de material de consumo e transformação**. Livro II. 1937. (Texto manuscrito).

_____. **Livro de chamada**, 1938. Natal, 1938. (Texto manuscrito).

_____. Páscoa dos alunos. **A República**, Natal, p. 6, 21 de maio. 1939.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. **Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XX)**. Lisboa: Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2013.

OS ESCOTEIROS do Alecrim visitam o Liceu Industrial de Natal – Instalado o Primeiro Grupo de Escoteiros do Liceu Industrial. **A República**, Natal, p. 2, 14 out. 1939.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX**. Natal: Clima, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Editora FGV, 2000.

SILVA, Maria da Guia Sousa. **Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)**. 2012. 225 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

17

SOLA, Lourdes. O golpe de 1937 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 15.ed. São Paulo: DIFEL, 1985.